

Orçamento fica sem

Para o ministro do Planejamento, esse é o principal mérito do novo orçamento

O ESTADO DE S. PAULO — 19

suplementação

da União, que prevê corte de Cz\$ 650 bilhões

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Terminou ontem o prazo para que todos os ministros entregassem ao ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, seus programas de corte orçamentário para este ano, totalizando o equivalente a 0,9% do PIB (Produto Interno Bruto), ou Cz\$ 650 bilhões. O novo orçamento da União, já com os cortes definidos, será entregue, até sexta-feira, pelo ministro do Planejamento ao presidente José Sarney.

No encontro que manteve, ontem, com Sarney, o ministro fez uma exposição sobre a nova metodologia a ser empregada nos orçamentos da União, a partir deste ano, e cujo principal mérito, segundo Abreu, é o de acabar com as dotações suplementares.

Os novos orçamentos da União serão sempre programados em valores que serão efetivamente aplicados, mas levando em conta um novo sistema de indexação, de modo a corrigir adequadamente cada dotação orçamentária, com base nos custos efetivamente verificados no setor específico para o qual se destinam os recursos.

O novo orçamento da União para 1988, com um corte de Cz\$ 650



Júlio Fernandes — 07/07/88

Abreu entregará o novo orçamento até sexta

bilhões, deverá ser divulgado pelo governo, após análise do presidente, na próxima semana. Segundo João Batista de Abreu, os cortes não foram feitos de forma linear, mas de maneira diferenciada, concedendo-se prioridade aos setores sociais.

CONGRESSO

A partir da aprovação da lei de excesso pelo Congresso, o que deverá ocorrer até o final do próximo mês, as despesas de custeio da máquina administrativa federal ficarão limitadas ao comportamento da receita. Se esta declinar, por efeito

da inflação e da queda da atividade econômica, os ministérios terão de apertar o cinto e conter seus gastos principalmente com material permanente e de consumo e serviços de terceiros.

O extenso documento do programa de redução de despesas define os cortes, ou a fixação de despesas abaixo dos tetos reivindicados para cada ministério. A Seplan assegura que os ministérios militares serão também alcançados pelas restrições.

As despesas de pessoal serão indexadas à URV; os encargos da dívida interna à OTN e os da dívida externa à correção cambial, de tal forma que, no decorrer da execução orçamentária, no segundo semestre os ministérios irão atualizando as suas diferentes despesas em função da variação desses indicadores.

A SOF (Secretaria de Orçamento e Finanças) está elaborando uma cartilha para orientar os quase 4 mil ordenadores de despesas em todas as entidades da administração direta, inclusive fundações e autarquias, sobre como administrar seus gastos a cada mês. Essa cartilha terá ampla divulgação para que a opinião pública possa acompanhar a nova forma de execução do orçamento geral da União.

Será dado um prazo de 20 dias a cada ministro para que ele defina suas prioridades na alocação dos recursos, findo o qual será elaborado o projeto de lei de excesso a ser enviado à apreciação do Congresso. Por decisão do presidente Sarney, as duas contas livres do orçamento geral da União, a reserva de contin-

gência e os encargos gerais da União, terão uma alocação de recursos limitada exclusivamente para atender às despesas típicas desses itens orçamentários.

No caso da reserva de contingência, que será inferior a 10% do total da receita orçamentária, seus recursos atenderão exclusivamente aos casos de reconhecida emergência, principalmente eventuais acidentes climáticos como secas e inundações. Já em relação aos encargos gerais da União, a orientação da Seplan, aceita pelo Palácio do Planalto, é no sentido de despolitizar a aplicação de seus recursos.

A intenção da Seplan, segundo afirmou à Agência Estado um qualificado informante, é executar o orçamento de tal forma que todos os recursos adicionais porventura demandados terão seu atendimento na dependência da prévia aprovação do Congresso, com a necessária indicação das fontes de receita. Com isso, garante o informante, o Executivo, especialmente o Ministério do Planejamento, direciona as pressões, inclusive de Estados e municípios, para os deputados e senadores.

A nova programação do orçamento geral da União contempla ainda uma segunda lei de excesso, a qual deverá ser enviada ao Congresso em meados de novembro e se destina a fechar as contas orçamentárias, a partir de uma mais acurada estimativa de comportamento da receita no exercício. E através dessa segunda lei de excesso que se fará o acerto definitivo entre receitas e despesas.